

SUMÁRIO

- Uma possível **estagflação**, é um risco que a Europa pode enfrentar nos próximos trimestres, o que significa um baixo crescimento económico ou uma recessão económica com um elevado nível de inflação.
- No 3º trimestre de 2023, o PIB registou um crescimento de 1,9%, traduzindo-se, assim, num **abrandamento da economia** portuguesa.
- O **mercado de trabalho** tem permanecido **estável**, com aumento do emprego e estabilização do desemprego.
- **Abandamento da taxa de inflação**, para 5% em Novembro (taxa de variação anual).
- A **remuneração bruta** total mensal média por trabalhador **aumentou** para 1.438€, correspondendo a uma variação de +6% (+81€), em relação ao mesmo período de 2022

1.ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Nos últimos dois anos, os europeus foram esmagados pelo impacto da inflação, com a subida abrupta do preço de bens essenciais, como por exemplo, o aumento de 37% para os ovos, 53% para as batatas e 75% para o azeite, apesar de se registar um abrandamento nos últimos meses.

Também o custo e o aprovisionamento de energia continuam a ser uma preocupação para a grande maioria dos países europeus, uma vez que a Europa continua a abastecer-se através de gasodutos e de gás natural liquefeito proveniente da Rússia. Situação agravada com a crise no Médio Oriente e a extensão do conflito - por exemplo, uma maior integração do Irão ou da Arábia Saudita - poderão agravar ainda mais a situação.

**Risco de
Estagflação**

Apesar destas tensões geopolíticas, de acordo com o FMI quase metade da inflação dos últimos dois anos ficou a dever-se a um aumento das margens de lucro das grandes empresas, que tiraram partido do aumento dos preços.

Uma possível estagflação, é um risco que a Europa pode enfrentar nos próximos trimestres, o que significa um baixo crescimento económico ou uma recessão económica com um elevado nível de inflação.

As previsões de Outono da Comissão Europeia, publicadas em Novembro, indicam que, embora a pressão pareça estar a dissipar-se com a inflação a descer para menos de 3%, o crescimento económico continua a ser teimosamente baixo.

No final deste ano, temos assistido a um crescimento da economia europeia próximo de zero, estimando-se uma ligeira retoma do crescimento, no início do próximo ano e que se baseia sobretudo no relançamento do consumo privado (através do aumento dos salários que contribuirá para o aumento do poder de compra) mas também numa ligeira melhoria das condições do comércio internacional.

O endurecimento da política monetária e a fraca procura externa travaram o crescimento em toda a União Europeia este ano. No 3ºT de 2023, o PIB registou uma contração trimestral de -0,1%, um valor que era esperado, e que deixa a Zona Euro numa fase de estagnação económica em que se encontra há um ano.

**Previsões revistas
em baixo**

As previsões de Outono da Comissão Europeia apontam para um crescimento do PIB de 0,6% em 2023, tanto na UE como na Zona Euro, ou seja, 0,2 pontos percentuais abaixo das previsões do Verão da Comissão.

No entanto, espera-se que a atividade económica acelere no próximo ano, à medida que o consumo recupera, graças a um mercado de trabalho robusto, ao crescimento dos salários e a um abrandamento da inflação.

Além disso, prevê-se que o investimento continue a aumentar, apoiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Assim, prevê-se que o crescimento do PIB da UE aumente para 1,3% em 2024. Na Zona Euro, projecta-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2%.

**Mercado de
trabalho robusto**

Relativamente ao mercado de trabalho da UE, revelou um forte desempenho, apesar do abrandamento do crescimento económico, com o desemprego em mínimos (6,5% em Outubro) e o emprego em máximos (+0,2% de crescimento trimestral no 3ºT, ligeiramente abaixo dos +0,3% do 2ºT).

Prevê-se que o crescimento do emprego na UE seja de 1% em 2023, antes de abrandar para 0,4% em 2024 e 2025. A taxa de desemprego da UE deverá manter-se globalmente estável em 6% em 2023 e 2024, e descer ligeiramente para 5,9% em 2025.

**Aumento dos
salários**

Os salários reais deverão passar a ser positivos a partir do próximo ano, devido à continuação do crescimento dos salários e à descida da inflação. O crescimento dos salários mantém-se em torno de 5% (no 3ºT de 2023, os salários negociados eram de 4,7% e a remuneração por trabalhador de 5,2%), embora os principais indicadores sugiram alguma desaceleração.

Com o arrefecimento da economia da Zona Euro e as pressões desinflacionistas a ganharem força, tornam muito provável que o BCE mantenha as taxas de juro, permanecendo, ainda assim, a expectativa de uma política monetária restritiva nos próximos trimestres, face à incerteza e aos riscos que rodeiam a evolução futura da inflação.

2. ECONOMIA NACIONAL

PERMANÊNCIA DE RISCOS

O modesto crescimento mundial e a elevada incerteza estão a travar a atividade económica em Portugal. A permanência de riscos globais relacionados com:

1. O setor energético, não permite descartar totalmente alguns constrangimentos nos últimos meses do ano, associados por exemplo, a um inverno mais rigoroso e às tensões no Médio Oriente
2. A maior restritividade da política monetária, com impacto nos níveis das taxas de juro que as empresas e as famílias devem suportar nos empréstimos contraídos.
3. O abrandamento da economia europeia, sobretudo dos principais países de destino de grande parte das exportações portuguesas

Pelo lado positivo, não se pode excluir a possibilidade do investimento registar desempenhos mais positivos, beneficiando da execução dos fundos europeus, um abrandamento da taxa de inflação e um mercado de trabalho favorável com a subida dos salários.

**Abrandamento
económico**

No 3º trimestre de 2023, o PIB registou um crescimento de 1,9%, após ter aumentado 2,6% no trimestre anterior, traduzindo-se, assim, num abrandamento da economia portuguesa. Face ao trimestre anterior, o PIB sofreu uma contracção de 0,2%.

As exportações foram a principal causa deste comportamento, com a economia portuguesa a sofrer já as consequências do abrandamento económico sentido nos seus principais parceiros económicos de Portugal.

Os efeitos da inflação, a maior restritividade das condições financeiras e o fraco crescimento dos principais parceiros comerciais de Portugal reduziram a atividade económica, justificando a revisão em baixa das previsões económicas dos principais organismos nacionais e internacionais.

No Orçamento do Estado para 2024, o cenário macroeconómico assume que a economia portuguesa deverá abrandar em 2024, com um crescimento de 1,5%, quando no Programa de Estabilidade 2013-2027 (em Abril de 2023) a previsão era de 2%.

Esta previsão, situa-se acima das estimativas da OCDE, cuja previsão indica um crescimento do PIB que deverá atingir 1,2% (1,5%, em Junho) em 2024 e 2,0 % em 2025.

As previsões da Comissão Europeia apontam para um crescimento de 1,3% em 2024 (revisão em baixa, face às previsões de Primavera, em baixa em 0,5 p.p.) e de 1,8% em 2025.

**REVISÃO EM
BAIXA PARA 2024**

**Fraco
crescimento
económico em
2024**

Também o Banco de Portugal está mais pessimista sobre o comportamento da economia portuguesa, não apenas para este ano, mas também para os próximos.

Estando em linha com as previsões do Governo, a revisão para 2024 foi bastante expressiva, baixando de 2,4% para 1,5%. Para 2025, o Banco de Portugal espera, agora, uma expansão de 2,1%, duas décimas abaixo dos 2,3% esperados em Junho.

Para 2023, todas as previsões apontam para um crescimento da economia portuguesa em torno de 2,2%, quando as previsões iniciais eram de 2,5%, com excepção do Governo, cuja previsão estimada no Orçamento do Estado para 2023 (realizada em Outubro de 2022) era de 1,3%.

3. MERCADO DE TRABALHO

Ao longo de 2023, o emprego tem permanecido resiliente, embora com sinais de abrandamento na segunda metade do ano.

Apesar do mercado de trabalho permanecer estável, com aumento dos salários reais, espera-se durante o próximo ano, uma redução da criação de emprego, devido a maiores dificuldades de recrutamento.

Durante 2023 a taxa de desemprego apresentou uma trajetória descendente, entre Fevereiro e Agosto, com ligeiras subidas nos últimos meses do ano, estabilizando a taxa em torno de 6,6%.

**ABRANDAMENTO
NA CRIAÇÃO DE
EMPREGO**

No 3º trimestre de 2023 (numa altura em que o PIB sofreu uma contracção de 0,2%) a população empregada (5.015,5 mil pessoas) aumentou 0,5% (26,8 mil) em relação ao trimestre anterior e 2,2% (109,2 mil) relativamente ao trimestre homólogo de 2022.

Para a variação homóloga da população empregada contribuíram, principalmente, os acréscimos nos seguintes agregados:

- mulheres (58,3 mil; 2,4%);
- pessoas dos 25 aos 34 anos (37,0 mil; 4,0%);
- com ensino secundário ou pós-secundário (97,6 mil; 6,4%);
- trabalhadores por conta de outrem (119,5 mil; 2,9%), com contrato com termo (47,8 mil; 8,3%); e a tempo completo (62,0 mil; 1,4%).

Apesar de positivos, estes dados mostram a precariedade dos postos de trabalho criados, com os contratos com termo a aumentarem e a representarem 14,6% do total dos trabalhadores por conta de outrem (eram 13,8%, no 3ºT 2022), reflexo do abrandamento económica que já se faz sentir.

Relativamente à população desempregada, que se fixou em 326,1 mil pessoas no 3º trimestre do ano registou uma subida, quer em relação ao trimestre anterior (+1,4 mil; +0,5%), quer em relação ao trimestre homólogo (+13,7 mil; +4,4%).

Para a evolução homóloga da população desempregada contribuíram, principalmente, os acréscimos nos seguintes grupos populacionais:

- homens (9,9 mil; 7,1%);
- jovens dos 16 aos 24 anos (13,8 mil; 20,5%)

**Aumento dos
contratos a
termo**

**DESEMPREGO
ESTÁVEL**

- que completaram, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (10,7 mil; 8,9%);
- à procura de novo emprego (7,3 mil; 2,7%);
- desempregados há menos de 12 meses (24,8 mil; 13,7%).

Diminuição dos DLD

Destaca-se a diminuição do desemprego de longa duração, que registou uma descida de 8,5% (-11,2 mil pessoas), face ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 37% do desemprego total e que se traduz numa diminuição de 5,2 p.p. face ao trimestre homólogo.

A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos e em linha com a média de 2019 (6,6%). No 3º trimestre de 2023 situou-se abaixo da média dos países da Zona Euro (6,5%) fixando-se em 6,1%, valor igual ao trimestre anterior, mas superior em 0,1 p.p. ao do 3º trimestre de 2022.

Subida da taxa de desemprego jovem

A taxa de desemprego de jovens (16 a 24 anos) foi estimada em 20,3%, valor superior em 3,2 p.p. ao do trimestre anterior e em 1,5 p.p. ao do trimestre homólogo. Note-se que este valor se situa bastante acima da média dos países da Zona Euro, no mesmo período (15,1%).

Esta é uma situação preocupante, aliada ao aumento do número de contratos com termo, que revela a precariedade dos jovens ao entrarem no mercado de trabalho.

Com a economia a abrandar, espera-se para o próximo ano uma estabilização das taxas de desemprego (6,6%), com um moderado crescimento do emprego (0,5%).

4. TAXA DE INFLAÇÃO

Apesar das tensões geopolíticas, sobretudo com o recente conflito no Médio Oriente, a evolução da inflação manteve a tendência de descida no final do ano.

De acordo com os últimos dados do INE, a taxa de inflação homóloga atingiu os 1,5%, em Novembro, sendo preciso recuar a Outubro de 2021 (1,8%) para encontrar uma taxa de inflação homóloga inferior a 2%, e bastante inferior à registada em Novembro de 2022 (9,9%).

Já se esperavam taxas de inflação negativas na energia, mas os preços do Brent têm sido inferiores ao que estava previsto (mesmo depois do conflito desencadeado entre Israel e Hamas), o que também tem potenciado a redução mais acelerada do índice.

Tal como era previsto, esta tendência de forte descida na variação homóloga dos preços, acaba por se reflectir na variação anual do Índice de Preços no Consumidor, a qual atingiu os 5%, no mês de Novembro, e que é usada como referência para actualização das pensões, das rendas e também nas actualizações salariais nas mesas da negociação colectiva.

De acordo com as últimas previsões do Orçamento do Estado para 2024, espera-se uma taxa de inflação de 4,6% em 2023, valor abaixo das previsões iniciais para este ano (5%).

Com o fim da taxa zero no IVA e aumentos de alguns preços, no início de 2024, é possível que haja uma subida da taxa de inflação, mas a tendência geral de queda da inflação deve prosseguir no resto do ano.

**ABRANDAMENTO
DOS PREÇOS**

Descida do Brent
inferior ao
esperado

Revisão em baixa
para 2023

5. SALÁRIOS

AUMENTO DAS REMUNERAÇÕES

No trimestre terminado em Setembro de 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou para 1.438€, correspondendo a uma variação de +6% (+81€), em relação ao mesmo período de 2022.

De acordo com os dados publicados pelo INE, os aumentos salariais registados ao longo de 2023, têm ficado acima do valor mínimo estabelecido (5,1%) no Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e no qual a UGT se empenhou na defesa de melhores condições para os trabalhadores portugueses.

De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal, publicado em Dezembro, *“o salário nominal médio da economia deverá aumentar 7,5% em 2023”*.

Tais resultados mostram a eficácia deste Acordo, numa altura em que os trabalhadores portugueses enfrentam grandes dificuldades com a subida das taxas de juro e da inflação, a qual tem registado um abrandamento.

Recorde-se que na Proposta de OE2024, o Governo prevê uma taxa de inflação de 4,6%, para 2023, meta que a verificar-se poderá traduzir-se em ganhos de compra.

Ainda, fruto do Acordo, foram actualizados os escalões de IRS e revista a fórmula de cálculo de retenção deste imposto, a qual permitiu aumentar o rendimento líquido disponível no final do mês, permitindo assim aumentar as poupanças de muitos portugueses.

Actualizações
salariais acima
do referencial

Ganhos de poder
de compra em
2023

Aumento das
poupanças

No 3º trimestre de 2023, a taxa de poupança das famílias aumentou para 6,6% do rendimento disponível, mais 8 décimas do que no trimestre anterior e em linha com a média observada entre 2015 e 2019 (6,8%).

Esta evolução reflete a moderação do ritmo de crescimento do consumo, acompanhada pela aceleração do rendimento disponível.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

**SALDO
ORÇAMENTAL
POSITIVO**

De acordo com o INE, Portugal registou um excedente de 3,3% do PIB nos primeiros nove meses do ano, valor acima dos 2,6% registados no período homólogo de 2022.

O valor do excedente apurado no conjunto dos nove meses foi de 6.594,2 milhões de euros, devido a um crescimento da receita total de 9,3% maior do que o aumento de 7,2% da despesa total.

Do lado da receita, destacam-se os aumentos de 7,9% na receita fiscal, de 10,6% nas contribuições sociais e de 11,4% na outra despesa corrente.

Estes resultados têm levado a rever em alta as previsões das contas públicas em 2023, com uma estimativa incluída no OE 2024, de um excedente orçamental de 0,8% do PIB.

Note-se que as metas agora alcançadas, são resultado de uma resiliência da actividade económica e de um mercado de trabalho estável, com recuperação de rendimentos.

Excedente
orçamental já
em 2023

**DESCIDA DA
DÍVIDA PÚBLICA**

No 2º trimestre de 2023, Portugal manteve a trajetória de redução do rácio da dívida pública, passando do terceiro para o quinto país mais alto da Zona Euro, atrás da Grécia (166,5%), seguindo-se Itália (142,4%), França (111,9%), Espanha (111,2%) e só depois Portugal (110,1%).

De acordo com o Eurostat, a dívida pública portuguesa baixou para 110,1% do PIB, no 2º trimestre de 2023. Um valor que compara com 112,4% nos primeiros três meses deste ano, e com 121,9% do PIB no 2º trimestre do ano passado.

Apesar dos dados positivos, a dívida pública portuguesa mantém-se bem acima da média da Zona Euro (90,3% do PIB) e da União Europeia (83,1%).

Perante estes valores, o Governo reviu em baixa as metas para o rácio do peso da dívida na economia nacional, na proposta de OE 2024, prevendo que a dívida pública portuguesa deverá ficar em 98,9% já no próximo ano, antecipando-se assim o momento em que Portugal quebra a barreira de 100% do PIB, situação que já não acontecia desde 2009.

Perante a melhoria das contas públicas, a UGT espera uma aposta clara na melhoria das condições sociais do país, através do investimento nos serviços públicos, respondendo a todas as necessidades que o país enfrenta sobretudo ao nível da habitação, saúde e educação.

**Dívida Pública
abaixo dos 100%
do PIB**